



## CULTURA E PRÁTICA ESCOLARES: UMA REFLEXÃO SOBRE DOCUMENTOS E ARQUIVOS ESCOLARES

Diana Gonçalves Vidal

A constituição do Estado moderno, a progressiva autonomização dos campos de práticas heterogêneas, a generalização da alfabetização, a generalização da forma escolar (lugar específico separado, baseado na objetivação-codificação-acumulação dos saberes) e a construção de uma relação distanciada da linguagem e do mundo (relação escritural-escolar da linguagem e do mundo) estão para ser pensadas como modalidades específicas de uma realidade social de conjunto, caracterizada pela generalização de formas sociais escriturais, isto é de formas de relações sociais tramadas por práticas de escrita e/ou tornadas possíveis pelas práticas de escrita e a relação com a linguagem e o mundo que é indissociável. (Grifos dos autores)

Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin ao associar a generalização da forma escolar à difusão das práticas escriturais na sociedade moderna, Vincent, Lahire e Thin (2001) destacam a íntima relação entre a escola e o universo da cultura escrita. Aparentemente banal, esta constatação não apenas repõe a escola em sua historicidade, como suscita a compreensão das múltiplas maneiras como ela atuou na constituição e consolidação de relações sociais gestadas por práticas de escrita.

A reflexão pode nos fazer enveredar pelo estudo das particularidades da escola no conjunto das trocas que estabelece continuamente com a sociedade. Aliás é esse um dos objetivos dos autores. No entanto, para os limites deste artigo, basta reter a constatação inicial no que ela permite que percebamos o lugar central da escrita na produção do fazer ordinário (Chartier, 2000) da escola, seja como produto das relações pedagógicas (o exercício e o diário de classe, por exemplo); como resultado de práticas administrativas (os históricos escolares e os processos, dentre outros); como efeito de construção de saberes sobre o aluno, o professor e o pedagógico (fichas antropométricas, relatórios e exames), ou, ainda, como derivação de uma prática escritural escolar (o jornalzinho de alunos e os boletins de professores).

Essa intensa materialidade, suporte de uma escrita institucional, profissional ou escolar convive com um conjunto também significativo de objetos e móveis, que se não se apresentam imediatamente como registros documentais do passado, portam vestígios das práticas escolares instituídas historicamente. Pois se a forma escolar emerge no âmbito de difusão da palavra impressa e manuscrita a uma parcela crescente da população, as relações pedagógicas se constituem no interior de formas orais de socialização que pouco deitam marcas históricas, mas que no âmbito da formalidade das práticas (Chartier, 1990) escolares, se constituem na interação dos sujeitos com os objetos culturais, distribuídos na escola, e implicam a conformação de corporeidades, não reduzíveis às estratégias implícitas na sua produção, como alerta De Certeau (1994, p. 93), apostando no consumo criativo dos sujeitos.

Procurando perceber a dinâmica interna do funcionamento escolar, a investigação histórica em educação no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, vêm se interrogando acerca da propriedade em conceber escola como produtora de uma cultura própria e original, constituída por e constituinte, também, da cultura social. Nesse sentido, tem ganho vulto no campo a divulgação de trabalhos de André Chervel (1990), que destaca exatamente essa originalidade da cultura escolar, de Dominique Julia (1993, traduzido em 2001), que dá relevo à idéia da cultura escolar como conjunto de normas e de práticas, e de António Viñao Frago (1995) que sublinha a importância de estudos sobre o espaço e o tempo escolares e a alfabetização como integrantes da cultura escolar e como conformadores de aspectos cognitivos e motores dos sujeitos sociais.

A constituição do currículo, a formação das disciplinas escolares, o cotidiano institucional, o exercício diário de professores e professoras, alunos e alunas, a materialidade da escola e os recursos metodológicos têm emergido como problemas de pesquisa e vem demandando dois investimentos no campo historiográfico em educação. O primeiro se dirige à procura de balizas teóricas que permitam, ainda que provisoriamente, conferir sentido ao passado, possibilitando articular a escrita histórica, no duplo registro de uma condição da pesquisa de campo e de uma recriação da análise pelo manuseio das fontes, na certeza de que, como afirma De Certeau (1982, p. 105), os conceitos são "ao mesmo tempo a causa e o meio de uma lenta hemorragia".

O segundo investimento se endereça a localizar, sistematizar, organizar, socializar e problematizar as fontes para a pesquisa em história da educação. Assim, não apenas as tradicionais fontes legais e estatísticas vêm sendo revisitadas, como uma parcela consistente dos investigadores da área, individual e coletivamente, tem se lançado ao desafio de ampliar a massa documental à disposição do campo, o que em alguns casos vem conduzindo à constituição de Centros de Memória e Documentação; e de se inserir no debate epistemológico que tal ampliação envolve. Nesse percurso, os arquivos escolares têm chamado cada vez mais atenção dos historiadores da educação brasileira e se constituído em tema de discussão.

Com o intuito de discorrer sobre as questões que este duplo movimento do campo suscita, visando a investigação sobre práticas escolares, o presente artigo foi dividido em quatro partes. Na primeira, exercita a discussão em torno da cultura escolar. Na segunda, aborda aspectos das referências teóricas dos trabalhos que têm se dedicado ao estudo das práticas. Na terceira, tece considerações sobre a atração dos arquivos na sociedade contemporânea. Na quarta discorre sobre os arquivos escolares, defendendo um alargamento da noção de documento arquivístico em educação

#### Cultura escolar: saberes e práticas

As abordagens em torno da cultura escolar como objeto histórico de pesquisa no Brasil têm sido profícuas em tematizar os saberes escolares e pedagógicos, situando-os no âmbito de uma história das disciplinas escolares e do currículo. Muito possivelmente essa tradição de investigação foi estimulada pelos primeiros trabalhos divulgados no campo por periódicos educacionais. Em 1990, a revista *Teoria & Educação* trazia ao português os artigos de Jean Hébrard, "A escolarização dos saberes elementares na época moderna", e de André Chervel, "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.

No primeiro, Hébrard, iniciava a argumentação interrogando-se sobre a pertinência da inclusão dos saberes elementares - ler, escrever e contar - no corpus de análise de uma história das disciplinas. Ao longo do texto, demonstrava as intensas trocas estabelecidas entre a sociedade e a escola que foram configurando saberes sociais em escolares nos séculos XVI a XVIII.

No segundo, Chervel defendia as disciplinas escolares como um objeto particular da história do ensino, com problemas específicos, e cujo tratamento revelava a singularidade e originalidade da cultura escolar. Além de demonstrar o caráter inventivo do sistema escolar, o estudo das disciplinas despertava para o duplo papel social da escola: formar indivíduos, mas também uma cultura "que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global" (Chervel, 1990, p. 185).

Dois anos mais tarde, a mesma revista editava o artigo de Jean Claude Forquin, "Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais". Nele, o autor discorria sobre as maneiras como a escola e a sociedade selecionavam elementos da cultura para a transmissão escolar e realçava os procedimentos da transposição didática na implementação dos saberes curriculares. Interrogava-se ainda sobre a propriedade de considerar a cultura escolar como *sui generis*. Em 1993, saía a lume, em português, sua Tese de Doutorado, *Escola e cultura*.

Os textos haviam sido traduzidos por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, individual ou solidariamente; e espelhavam o esforço de um grupo de investigadores, hoje aglutinados na Linha Estudos Culturais e Educação, da UFRGS, em lidar com as problemáticas do currículo e da cultura. Entrelaçavam-se, nas páginas da revista, editada pelo próprio Tomaz Tadeu da Silva, a outros textos e autores que também se debruçavam sobre a questão e que emergiam como referência constante nas análises brasileiras, como David Hamilton, "Sobre as origens dos termos classe e currículo"; Thomaz Popkewitz, "Cultura, pedagogia e poder"; Michael Apple, "Educação, cultura e poder"; e Ivor Goodson, "Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução". E articulavam-se com a produção em história da educação pela atuação de Guacira Louro no GT de História da Educação da ANPEd, como coordenadora e membro.

Esse investimento iniciado no fim dos anos 1980 pelos pesquisadores sulriograndenses, entretanto, não era isolado. Coadunava-se a outras iniciativas efetuadas no campo. Em 1991, vinha a público, na Revista da USP, o artigo "Cultura escolar brasileira", de autoria de José Mário Pires Azanha, que dava corpo a um Programa de Pesquisa desenvolvido pelos professores da Faculdade de Educação da USP, no âmbito de acordo celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Reitoria da Universidade.

A referência ao *Service d' Histoire de l'Éducation* (SHE-INRP, França), reiterada nos vários projetos que compunham o Programa, ligados principalmente a professores da área de História da Educação da Graduação da FEUSP, incitava o entendimento da difusão que posteriormente tiveram os trabalhos de André Chervel, Alain Chopin, Anne-Marie Chartier, Pierre Caspar e Dominique Julia no exercício intelectual dos investigadores do grupo, desdobrado nas orientações efetuadas na Pós-graduação. Nesse sentido, vale destacar que apesar de não presentes na bibliografia do artigo, Jean Hébrard e André Chervel, bem como a linha de pesquisa "História das disciplinas escolares" surgiam na redação do Programa, elaborado no mesmo ano em que os dois autores franceses tinham sido traduzidos ao português e publicados na revista *Teoria & Educação*.

A iniciativa impulsionava duas vertentes da pesquisa institucional que ganhariam visibilidade no campo historiográfico em educação - a análise dos periódicos educacionais, efetuada por Denice Catani e Cynthia P. de Sousa e o interesse pelos saberes pedagógicos, evidenciado por Marta Carvalho -, e que concorreriam para a criação do Centro de Memória da Educação, em 1993, associando outros professores da Faculdade de

Educação .

Novamente o GT História da Educação da ANPEd aparecia como local de difusão do exercício da pesquisa. Marta Carvalho assumiu nos anos 1990 a coordenadoria do GT. Denice Catani e Cynthia Sousa participavam da atividade do grupo em suas reuniões anuais.

Não vinculado ao Programa, nem ao GT da ANPEd, mas constituído a partir da Faculdade de Educação da USP e da interlocução com o campo da história, notadamente pela preocupação com o ensino de história, o trabalho de Circe Bittencourt também efetuava uma aproximação à história das disciplinas escolares. Seu mestrado, defendido em 1988, no Departamento de História da FFCL-USP, abordava o ensino da disciplina nas escolas paulistas, entre 1917 e 1939; o doutorado, concluído em 1993, insistia sobre a história do saber escolar, investigando o livro didático. Nos estudos posteriores, um franco diálogo com os textos de Hamilton, Chervel, Julia e, principalmente, Ivor Goodson, reafirmava a aproximação entre as investigações sobre história das disciplinas, currículo e cultura escolar .

A gama das análises que entretecem, hoje, os três campos citados acima é variada e, para efeitos deste artigo, basta reter a persistência dessa perspectiva. Já, os estudos que se debruçam sobre a dimensão das práticas escolares na constituição da cultura escolar são mais recentes e denotam o fortalecimento das investidas dos historiadores da educação brasileiros na localização, organização e sistematização de novas fontes. Despontaram como decorrência do interesse, partilhado por todo o campo educacional, em penetrar o cotidiano da escola e conhecer seus fazeres ordinários, sendo estimulados pela divulgação, ainda em francês, da conferência de encerramento do XV ISCHE, proferida por Dominique Julia em 1993, e, em português, pelos escritos de Roger Chartier .

No artigo, publicado no Brasil apenas em 2001 pela Revista Brasileira de História da Educação, como abertura de seu primeiro número, Julia (2001, p. 10) associava a atenção da história educacional pelo "conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar", ao cuidado pelo "conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos" (grifos meus). Reiteradamente citado nas pesquisas brasileiras, o parágrafo tem servido tanto à reflexão sobre a história das disciplinas escolares, tema, aliás, de interesse do autor, quanto às abordagens que privilegiam o enfoque nas práticas escolares. Nesse sentido, é importante marcar que os dois objetos de estudo nem sempre se apresentam apartados nas análises. Ao contrário, muitos trabalhos discorrem sobre as práticas como um desdobramento da investigação acerca dos saberes da escola.

O exercício efetuado por Roger Chartier em torno das práticas de leitura e de escrita também tem sensibilizado a produção nacional, tanto no campo da história da educação, quanto no da história (lugar em que o autor produz seu discurso), concorrendo para aproximação dos dois domínios no debate de questões relativas à investigação sobre práticas culturais. E, aqui, vale destacar que o movimento de historiadores da educação brasileiros em direção à história na busca de um referencial teórico de análise e de procedimentos de pesquisa, iniciado mais amplamente na década de 1980, vem recebendo atualmente correspondência por parte de historiadores dispostos a enfrentar as temáticas da difusão da alfabetização e da escola. Os trabalhos têm demonstrado um acercamento da perspectiva teórica da nova história cultural, fazendo uso das categorias apropriação e representação de Roger Chartier, e, algumas vezes, estratégias e táticas de Michel de Certeau. Isso não supõe afirmar que os estudos sobre saberes escolares e pedagógicos, embora efetivando-se por diferentes aproximações teóricas, exibam um distanciamento das problemáticas trazidas pela nova história cultural - os vários escritos de Marta Carvalho apontam em direção contrária -, mas que as abordagens sobre as práticas escolares parecem marcadas mais decididamente por tal quadro conceitual. Nesse sentido, talvez seja interessante determo-nos um pouco sobre esses pressupostos teóricos, na medida que incidem nos desdobramentos da argumentação deste artigo.

A história cultural e os fazeres com

Para Roger Chartier (1990, p. 174), a nova história cultural parte de uma dupla recusa à antiga história das idéias. Primeiramente descrê da liberdade absoluta de criação do sujeito, desligada das condições históricas de possibilidade. Em segundo lugar, não aceita a existência autônoma das idéias, deslocada dos sujeitos. Propõe-se a compreender a racionalidade do discurso na historicidade de sua produção e das relações que estabelece com outros discursos (Chartier, 1990, p. 70). Para tanto, a volta a Foucault parece necessária, tanto em sua compreensão da história como descontinuidade, como ruptura, como contingência e acaso, quanto na percepção do sujeito como constituído nas malhas das práticas discursivas do tempo histórico, despojado, portanto, "dos poderes e atributos tradicionais que lhe permitiam dar sentido ao mundo, fundar a experiência e o conhecimento, produzir a significação" (Chartier, 1996, p. 116). No vértice das duas vertentes, está a afirmação da historicidade radical dos objetos históricos, sua desnaturalização, e a desmitificação do real como uma totalidade a ser restituída, como uma essencialidade a ser reencontrada.

Por apropriação concebe "uma história social dos usos e das interpretações, referidos a suas determinações

fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem" (Chartier, 1991, p. 180). O conceito aponta para duas dimensões da proposta de Chartier. Por um lado, a ênfase nas interpretações remete ao estudo das representações sociais. Por outro, o destaque aos usos, conduz à preocupação com a formalidade das práticas.

Segundo Nunes e Carvalho (1993: 48-49),

"O deslocamento de 'idéias' para 'representações' pode parecer mero jogo de palavras. No entanto, se acompanharmos as formulações de Chartier e entendermos 'representação' como prática em que se posicionam seus agentes e que constitui o 'social' como social ordenado, hierarquizado, classificado a partir de posições dos agentes nela articuladas, a diferença adquire nitidez. Mas, mesmo sem seguir tão de perto Chartier, a ênfase no conceito de 'representação' como prática cultural desloca qualquer tentativa de historiar 'idéias' para uma rede de relações entre sujeito que representa e forma de representação; relações entre representação e objeto representado; relações entre situação de produção da representação e situação de sua apropriação". (Grifos das autoras.)

Como práticas culturais, as representações sociais são sempre históricas e constantemente objeto de disputas entre os diferentes grupos da sociedade.

Tais grupos não podem ser confundidos com recortes sociais que antecedem as análises, mas com comunidades que partilham identidades a partir das relações de força entre as representações impostas e autoconferidas. O conceito de lutas de representação (Chartier, 1991), assim, adquire operacionalidade. É a partir dele que se pode compreender o movimento descontínuo pelo qual novas práticas são constituídas e constituem novas gestualidades e hábitos.

No âmbito de sua formalidade, as práticas confrontam-se à materialidade do mundo, na composição de corporeidades - modos de agir, analisados principalmente por Roger Chartier no que concerne à história da leitura, como, por exemplo, ler em voz alta ou silenciosamente -, fruto das relações entre os sujeitos e os objetos culturais postos à sua disposição - o autor destaca, assim, os suportes textuais e os dispositivos editoriais, tanto quanto o conteúdo do texto para um enfoque sobre o ler na perspectiva histórica.

Atentar para a formalidade das práticas impõe o reconhecimento da importância da consideração acerca dos bens culturais distribuídos na sociedade, colocando como desafio o estudo de seus usos, vistos por Chartier, na esteira de De Certeau, como consumo produtivo. É essa direção de pesquisa que faz Roger Chartier recusar uma história social da cultura, que enraiza as atitudes culturais nas oposições sociais dadas anteriormente à análise, como os pares elite e povo, dominante e dominado e, mesmo, diferentes atividades profissionais; e propugnar por uma história cultural da sociedade, que parte dos objetos, formas e códigos para encontrar os grupos sociais (que partilham dos códigos e utilizam-se dos objetos).

Configuradas a partir de dispositivos de poder, que lhe asseguram um espaço próprio de existência, as práticas culturais, em geral obedecem às leis desse lugar, sendo localizáveis, mapeáveis e impostas. No entanto, nem sempre respondem aos estrangimentos que tendem a lhe assegurar estabilidade e controle. Aproveitando-se de momentos de ausência do poder, produzem usos criativos aos bens culturais, como destaca Michel de Certeau (1994) na distinção entre estratégicas e táticas.

As táticas, como a arte do fraco, instauram um presente, um agora, que raramente deixa vestígios. Contrariamente, as estratégias, ao estabelecerem a vitória do lugar sobre o tempo, asseguram a preservação de suas marcas para a história. Mais: por instalarem-se num espaço próprio, observam, controlam e antecipam no tempo, sendo capazes de transformar incertezas históricas em espaços legíveis e de conferir unidade ao passado. Para perceber o jogo constituído pelas estratégias e táticas, De Certeau recorre ao modelo polemológico, que assegura, por um lado, o caráter de intensa mobilidade das táticas, simultaneamente recolocando em questão as relações de força/poder constituídas pelas estratégias.

Ciente da pequena visibilidade das táticas, De Certeau dispõe-se a (re)inventar cotidiano, recolhendo dentre os documentos legados pelos fazeres estratégicos, tratados em suas séries e percebidos em suas descontinuidades, pistas das práticas de apropriação e consumo dos bens culturais entregues aos sujeitos. Alerta que os fazeres com não podem ser inferidos da análise dos objetos, posto que "por subtraírem-se à lei do presente, esses objetos inanimados adquirem autonomia" (De Certeau, 1994, p. 192). Incita a pesquisa histórica a reconhecer essa certa autonomia que os bens culturais lograram assumir ao longo do tempo e ensaiar domá-la, confrontando-a a outros registros, escritos ou fotográficos, sabendo que a característica das apropriações, ou seu valor mesmo, reside em subverter as estratégias de modelação, na maioria das vezes, sem deixar traços.

Conduzir um estudo que tome a cultura escolar como objeto de investigação e se sensibilize pela análise das práticas escolares, enquanto práticas culturais, impõe um duplo investimento. Por um lado, ocupar-se do mapeamento dos lugares de poder constituídos, inventariando estratégias. Por outro, conferir atenção às ações dos indivíduos, nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando para a formalidade das práticas. Nos dois procedimentos é necessário ter clareza de que os sujeitos encarnam representações que se produzem nas situações concretas do fazer ordinário da escola. Nesse percurso, o cuidado às permanências e o interesse às mudanças permitem reconhecer o intramuros da escola como permeado por conflito e (re)construção constante.

A investigação demanda, assim, não apenas uma ampliação do questionário, como quer Paul Veyne (1982), mas um alargamento das fontes. Desta maneira, apesar de concordar com Dominique Julia (2001) de que não se deve exagerar a falta de documentos, sobre o funcionamento interno da escola, depositados em arquivos, públicos e que o historiador é capaz de fazer flecha com qualquer madeira; e de reconhecer que pesquisas, como a de Chervel (1988) sobre a ortografia na França foram efetuadas com o concurso da sorte - o fato de um inspetor escolar ter a mania de anexar os ditados efetuados nos relatórios administrativos -; é forçoso realçar que uma reconsideração das normas de guarda de documentos escolares, contemplando a preservação de exercícios, cadernos, provas escolares, diários de classe, cartazes, quadros, dentre outros, pode aumentar as possibilidades de estudos acerca das práticas escolares.

Tomados em sua materialidade, esses objetos permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e das respostas; mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola. Assume destaque, por exemplo, a maneira como o espaço gráfico da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado; utilizando-se de fórmulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo; definindo uma hierarquia de saberes; solicitando registro de informações que visam a identificação, como data, nome do aluno e da instituição escolar; apartando o espaço de escrita do aluno e do professor pelo recurso a margens; remetendo a diferentes habilidades ou usos, como papel com e sem pauta; dentre muitos outros. Despontam como importante as dimensões físicas dos vários suportes da escrita escolar, como número de páginas e formato de quadro-negros, ardósias ou lousas individuais, cadernos, trabalhos escolares, cartazes, faixas, barras, quadros; bem como a associação do papel a outros materiais como tecido, plástico e sucata. Emerge como relevante a referência aos vários objetos de escrita como giz, lápis, caneta, giz de cera, lápis de cor, canetas coloridas.

Esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidavam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis, que impetraram nessas mesmas práticas escolares. O concurso de outras fontes como fotografia, autobiografias, história oral e de vida, para citar algumas, pode, ainda aumentar a compreensão desses fazeres com e da constituição de corporeidades nos sujeitos da escola.

Mas, se cada vez mais assumem interesse os arquivos escolares, vistos como celeiros de documentos sobre os fazeres ordinários da escola; torna-se cada vez mais premente a reflexão acerca dos critérios de seleção e descarte desses mesmos arquivos, sob o risco de sucumbirem ao produtivismo arquivístico: questão que abordaremos a seguir.

### A atração dos arquivos

Discorrendo acerca dos arquivos judiciais, Arlette Farge (1991), seguidamente, enaltece-lhes a importância para a compreensão do passado. A escrita desvela um fascínio, partilhado por vários investigadores, sensibilizados com a possibilidade de aproximar-se ao ontem e ouvir as vozes dos mortos.

"El archivo opone a las construcciones teóricas y abstractas su peso de existencias y de minúsculos acontecimientos ineludíveis, estimulando el saber tradicional com una 'realidad' trivial y flagrante. El archivo ofrece rostros y penas, emociones y poderes creados para controlarlas; su conocimiento es indispensable para tratar de describir a continuación la arquitectura de las sociedades del pasado" (Farge, 1991, p. 74-75).

A atração pelos arquivos é uma característica da sociedade atual, que cada vez mais discute a importância da

preservação do patrimônio histórico. Esse encantamento advém, por um lado, do desejo de acercar-se ao passado, como manifesto por Farge no trecho citado acima. Mas emerge, também, da vontade de superar o esquecimento, do receio à perda generalizada da memória.

Para Pierre Nora (1993, p. 15),

"Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio".

Ao realçar os excessos de uma sociedade que vive na religião conservadora e no produtivismo arquivístico, Nora não pretende defender o fim dos arquivos, porém destacar que o mero acúmulo de documentos não pode salvar o homem do esquecimento. Mais do que depósitos de papel, os arquivos, para ele, devem-se constituir em lugares de memória, investidos de sentidos material, funcional e simbólico. Locais, portanto, que permitam, além das condições de guarda física do documento, o tratamento técnico e a organização da informação, bem como criem oportunidade para compreender o passado nas múltiplas relações (semelhança e diferença) que estabelece com o presente.

É porque reconhece no mundo atual, a substituição da memória - concebida como ativa, permanentemente em mudança, mágica e afetiva, coletiva e individual, produtora de identidades -, pela história - tida como operação intelectual que fixa um entendimento, sempre provisório, sobre o passado -, que Nora aposta na sobrevivência de lugares de memória. Lugares duplos, em seu dizer, constituem-se como locais de guarda, fechados sobre si mesmos (preocupados com a organização de seus acervos), mas constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e o presente (porque oferecem acesso à documentação organizada). É essa duplicidade que permite sua apropriação pela história, construída a partir de acontecimentos, e possibilita sua incorporação à memória, na medida que consolidam marcos (e marcas) visíveis da existência humana. Os arquivos, assim, ao mesmo tempo que devem conservar documentos, precisam ser investidos de uma aura simbólica, gerando um vínculo afetivo entre presente e passado.

Evitar o que Nora denomina de produtivismo arquivístico supõe confrontar o desejo de tudo preservar, perpetuando a lembrança, à necessidade de organizar a documentação e efetuar o descarte. Organizar e descartar são faces de um mesmo procedimento de transformar em documento objetos distribuídos de outra maneira em nossa sociedade, alterando-lhes seu lugar e estatuto (De Certeau, 1982, p. 81): um processo técnico, no campo da arquivística, que implica na constituição do legado do presente ao futuro.

Fugir à questão do confronto entre tudo preservar e a premência de efetuar descartes, apelando ao desenvolvimento das novas tecnologia, apenas desloca o problema, mas não o resolve. Inicialmente, reduz a discussão ao conteúdo documental, deixando de lado o interesse pela conservação dos suportes, necessários ao entendimento da formalidade das práticas culturais. A seguir, circunscreve o debate à arquitetura dos sistemas de armazenamento de informação e aos cuidados em evitar a perda dos dados em virtude do obsolescimento de máquinas ou bancos. Nas duas direções, a revolução da informática auxilia a preservação da massa documental, mas não soluciona o questionamento sobre o que conservar .

No cerne do fazer historiográfico e arquivístico, assim, encontra-se uma mesma tensão: o estabelecimento de séries, que gera as possibilidades de atribuição de sentidos ao ontem e ao hoje, fruto da necessidade de selecionar. Os primados que orientam as duas práticas, entretanto, diferem.

Segundo Le Goff (1984, p. 38), foi somente com a Revolução Francesa que apareceram os Arquivos nacionais, abrindo "uma nova fase, a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional". A difusão dos arquivos públicos no século XIX propiciou a criação de instituições especializadas no preparo de especialistas para o estudo da organização de acervos, como a École des Chartes (Paris, 1821), o Institut für Österreichische Geschichtsforschung (Viena, 1854) e a Scuola de Paleografia e Diplomatica (Florença, 1857). Nascida, assim, no seio das discussões oitocentistas sobre as ciências e com o objetivo de assegurar a conservação de informações na esfera pública, a arquivística percebeu, desde seus primórdios, o documento na dimensão política, institucional e legal, pelo valor positivo de prova ou de monumentalidade dos grandes personagens e acontecimentos. Dialogava diretamente com a história política.

Suficiente às análises que privilegiavam os fatos políticos e priorizavam a legislação como fonte, a lógica administrativa e legal de constituição de acervos mostra-se em descompasso com os problemas sobre o passado colocados a partir do campo historiográfico, já há mais de meio século por uma história do cotidiano e, mais recentemente, por uma história cultural.

A superação desse descompasso vem sendo buscada a partir do estabelecimento equipes interdisciplinares em que arquivistas e historiadores discutem critérios de seleção e descarte, portanto, de avaliação documental, na certeza de que, se é necessário que uma nova concepção de documento invada e renove a

prática arquivística, é fundamental prestigiar procedimentos de um campo que há mais de um século vem sendo responsável pela preservação documental.

#### Documentos e arquivos escolares

Essa reflexão pode e deve ser estendida à preocupação com os arquivos escolares. Em geral, interessadas no valor comprobatório dos documentos, as secretarias de escola mantêm cuidadoso registro da vida escolar de alunos e professores, atualizando com frequência os arquivos correntes. O mesmo desvelo não é concedido à documentação histórica, na maioria das vezes, acumulada em arquivos mortos, e aos documentos produzidos cotidianamente pela atividade pedagógica. Seu fim assemelha-se, distanciando-se apenas no tempo. Enquanto os primeiros sofrem destruição progressiva em virtude da má conservação, os segundos encontram na lixeira seu destino. Por uma espécie de seleção natural, uns e outros sobrevivem, testemunhando matizes do trabalho na escola. Superar o contingente e o aleatório dessa sobrevivência é o segundo desafio a enfrentar na construção de análises sobre a escola que levem em conta seus fazeres ordinários.

Ao mesmo tempo que é preciso se considerar que os estudos atuais sobre a escola não se enraizam mais unicamente na compreensão dos sistemas educativos, da legislação e dos personagens, como há vinte anos, mas objetivam compreender a cultura e as práticas escolares (presentes e pretéritas); é forçoso perceber que respeitar os princípios da ordenação administrativa impressa pela secretaria aos documentos visa assegurar uma eficácia à burocracia da escola.

Contornar as problemáticas surgidas no entrecruzamento desses ofícios implica no esforço em organizar o arquivo morto das escolas, constituindo-o em um arquivo histórico; integrado ao arquivo corrente, não física, mas funcionalmente. Tal procedimento acata os alertas da arquivística. Implica, também, no cuidado em conservar documentos gerados em outros âmbitos que não a secretaria da escola, como salas de aula e grêmios estudantis, dentre outros; que passariam a ser tratados pelo arquivo permanente. Esse dispositivo endereça-se a responder aos reclames da pesquisa atual em educação.

Nos dois casos, a construção de planos de destinação, que fixem períodos de guarda e descarte documental, elaborados a partir da concepção da instituição escolar, para além da lógica administrativa, como um lugar de frequência de pessoas e produção de práticas escolares, pode permitir que novas visões da e sobre a escola sejam produzidas no presente e no futuro.

A crítica, aqui, não incide sobre a falta desses planos, mas sobre sua abrangência. Em geral as escolas possuem tabelas de descarte geradas em função do valor legal de vários tipos documentais, indicando-lhes o tempo que devem ser observados até sua destruição, com vistas a resguardar seu caráter comprobatório, além de manterem documentos identificados como históricos: biografia do patrono da escola, livro de visitas da inauguração do prédio, dentre outros. Outros documentos como cadernos de alunos, exames, trabalhos escolares e, mesmo, fotografias de eventos recentes raramente recebem acolhida pelos arquivos escolares.

É no sentido de conservar essa massa documental que novos planos de destinação precisam ser elaborados. Para tanto, é imprescindível proceder à análise das atividades da escola não a partir de um ponto de vista externo, mas da interioridade dos processos escolares, o que implica na realização de estudos de caso, de maneira a estabelecer normas de guarda e descarte, em que os valores tradicionalmente atribuídos aos documentos sejam revistos. É imprescindível também intervir nas políticas públicas de preservação da documentação escolar, trabalhando os historiadores da educação com arquivistas e profissionais da ciência da informação na elaboração de critérios.

Essa diretiva abre a possibilidade de múltiplas leituras no presente e no futuro sobre a escola, por parte de investigadores, mas também por parte da própria comunidade escolar. Não serve apenas a uma escrita sobre a escola (no bojo de pesquisas historiográficas ou não), mas atende aos interesses de construção de vínculos entre os fazeres atuais e pretéritos no interior da escola, por parte de professores, professoras, alunos e alunas, de maneira a constituir o arquivo escolar, como defende Nora (1993), em um lugar de memória. Integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

#### Considerações finais

A discussão anterior, ao circunscrever-se ao documento arquivístico, teve-se na abordagem do suporte papel. A arquivística, salvo exceções como os arquivos judiciais, não se ocupa da guarda de objetos, móveis e livros, geralmente acolhidos por outras instituições como museus e bibliotecas, numa divisão de responsabilidades e técnicas de conservação. No entanto, no que concerne a um estudo sobre as práticas escolares, o retorno à materialidade da escola envolve considerar os documentos para além do papel. Como

já afirmou Roger Chartier (1990) não há leitura sem o suporte que se dá a ler. Da mesma forma, não há prática escolar desligada das condições materiais de sua efetivação. É preciso reconhecer que a guarda dos objetos escolares, como globos, carteiras, material dourado, projetor e slides, lanterna mágica, sólidos, museus escolares, dentre muitos outros, é importante, na compreensão de que os objetos portam pistas das múltiplas maneiras como professores e alunos constituíram inteligibilidades e suscitam a investigação sobre as diferenciadas formas de sua apropriação, oferecendo ao pesquisador índices sobre as relações pretéritas dos sujeitos com a materialidade escolar, ou sobre a formalidade das práticas escolares, e fazendo-o recordar que as situações pedagógicas se constroem muito frequentemente por formas orais de socialização.

Nesse sentido, ademais de alargar a noção de documento arquivístico em educação, é imprescindível a constituição de Museus que acolham a gama de móveis e materiais escolares utilizados nos vários períodos históricos, criando condições de confrontar o pesquisador em história da educação às possibilidades e limites que a materialidade impôs ao ensino e instigar o questionamento acerca das rebeldias com que foram tomados os objetos culturais pelos sujeitos da escola. Aqui, novamente, o estabelecimento de critérios de guarda e descarte se faz necessário, na compreensão de que tudo preservar é impossível, o que supõe a ativação de um diálogo constante e profícuo entre a história da educação, a arquivística e museologia .

Antes de encerrar, resta esclarecer que, interessado em discorrer sobre a relação entre arquivos escolares e cultura e práticas escolares, este artigo não pretendeu avançar no debate acerca das fontes para a história da educação, debruçando-se sobre a necessária crítica documental, tanto no que concerne aos cuidados da diplomática, acerca da veracidade ou falsidade de um documentos, quanto no tange aos alertas da teoria da história sobre seu caráter monumental (Le Goff, 1984) e sobre a operação historiográfica (De Certeau, 1982) que os transforma em eventos, conferindo inteligibilidade aos fatos, nas redes de significado que o historiador produz, tramada em consonância às regras da narrativa histórica. O tratamento dessas questões demandaria um outro investimento de análise, não possível nos limites desta escrita.

#### Referências bibliográficas

- ABDALA, Rachel. A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930). FEUSP: Mestrado, 2003.
- ALMEIDA, Stela Borges de (coord.). Guia de fontes fotográficas para a história da educação na Bahia. Brasília: MEC/INEP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Negativos em vidro. Coleção de imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930. Salvador: EDUFBA, 2002.
- AZANHA, José Mário P. "Cultura escolar brasileira. Um programa de pesquisas". Revista da USP, nr. 8, dez.jan.fev. 1990-1991, p. 65-69.
- BARROS, Armando M. Da pedagogia da imagem às práticas do olhar: a escola como cartão-postal no Distrito Federal do início do século. Doutorado, Educação-UFRJ, 1997.
- BITTENCOURT, Circe. "Disciplinas escolares: história e pesquisa". In: OLIVEIRA, Macus e RANZI, Serlei. História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições ao debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 9-38.
- BOTO, Carlota. Ler, escrever, contar e se comportar : a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910). São Paulo: FFLCH, Doutorado, 1997.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida e BELLOTTO, Heloísa L. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.
- CAMARGO, Marilena. Coisas Velhas. Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: EDUNESP, 2000.
- CATANI, Denice B. Pesquisa em educação e o intercâmbio cultural. Coleção Estudos e Documentos, nr. 30. São Paulo: FEUSP, 1991.
- CATANI, Denice e SOUSA, Cynthia (org.) Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996): catálogo. São Paulo: Plêiade, 1999.
- CHARTIER, Anne-Marie. "Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação ". Educação e pesquisa, vol. 26, nr. 1, jan./jun. 2000.
- CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". Estudos Avançados, vol. 5, nº 11, jan/abr. 1991, p. 173-191.
- \_\_\_\_\_. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. "Estrategias y tácticas. De Certeau y las 'artes de hacer'. Escribir las prácticas. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1996, p. 55-72.
- CHERVEL, André. "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa". Teoria e educação, 2, 1990.
- COSTA, Maria J.F.F. da , SHENA, Denilson R., SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). I Conferência Nacional de Educação. Curitiba, 1927. Brasília: MEC, SEDIA/INEP, IPARDES, 1997.
- CUNHA, Jorge L. da e MACHADO, Alexandro dos Santos. "Sujeitos que lembram: história oral e histórias de

vida. História da Educação, vol. 7, nr. 14, set. 2003.

DE CERTEAU, Michel. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMARTINI, Zeila. "Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais". In: VON SIMSON, Olga (org.) Enciclopédia aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Edições Vértice, 1998, p. 14-43.

DIAS, Márcia Hilsdorf. "O Diário de São Paulo como fonte". In: VIDAL, D.G. e SOUZA, M.C.C. de A memória e a sombra. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 21-32.

FARGE, Arlette. La atracción del archivo. Valência: Ediciones Alfons el Magnanim, 1991.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. "A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação". In: FARIA FILHO (org.) Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

\_\_\_\_\_. Dos pardieiros aos palácios. Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UPF, 2000.

FORQUIN, Jean-Claude. "Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais", Teoria & Educação, nr.5, 1992, p.28-49.

\_\_\_\_\_. Escola e cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GONDRA, José G. e LEMOS, Daniel C. Poderes da assinatura. Abaixo-assinados como fontes para a história da educação brasileira. Rio de Janeiro, 2002, mimeo.

GVIRTZ, Silvina. El discurso escolar a través de los cuadernos de clase. Argentina 1930-1970. Universidad de Buenos Aires: Doutorado, 1996.

HÉBRARD, Jean. "A escolarização dos saberes elementares na época moderna". Teoria & Educação, nr. 2, 1990, p. 65-110.

HILSDORF, Maria Lúcia S. Tempos de escola: fontes para a presença feminina na Educação (São Paulo - século XIX). São Paulo: Editora Plêiade, 1999.

JULIA, Dominique. "A cultura escolar como objeto histórico". Revista Brasileira de História da Educação, nr. 1, jan.jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. "Memória". In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1, História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

MORAES, C.S.V. e FAVENE, J. (org). Escolas profissionais públicas do estado de São Paulo: uma história em imagens (álbum fotográfico). São Paulo: Centro Paula Souza, 2002a.

\_\_\_\_\_. Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002b.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". Projeto História. São Paulo (10): 7-28, dez. 1993.

NUNES, Clarice. (org.) Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira. Brasília: INEP, 1992.

NUNES, C. e CARVALHO, M. "Historiografia da Educação e fontes". Cadernos ANPEd, nº 5, set. 1993, p. 7-64.

OLIVEIRA, Macus e RANZI, Serlei. História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições ao debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. "O museu da escola de Minas Gerais face aos desafios das novas tecnologias". In: Faria Filho, Luciano M. (org) Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p. 75-89.

RESENDE, Fernanda Mendes e FARIA FILHO, L. M. "História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios do presidentes de província". Revista Brasileira de História da Educação, nr. 2, jul.dez. 2001, p. 79-116.

RIBEIRO, M.V.T."Os arquivos das escolas". In: NUNES, Clarice. (org.) Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira. Brasília: INEP, 1992, p. 15-25.

SOUZA, Cynhtia P. de. "Os anos 90: uma nova perspectiva para os estudos e pesquisas na Faculdade de Educação - do Convênio Bid-USP ao Centro de Memória da Educação". Cadernos de História e Filosofia da Educação. São Paulo: FEUSP, v.IV, n.nº 6, p.137-146, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: EdUNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Cultura escolar e currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares. II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal, 2002, mimeo.

VALENTE, W. R. (coord.) Os exames de admissão ao Ginásio (1931-1969). CD-ROM, PUC-SP/FAPESP, 2001.

VECCHIA, Ariclê e LORENZ, K. M. (org.) Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951). Curitiba: Editora do Autor, 1998.

VEYNE, Paul. Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História. Brasília: UnB, 1982.

VIDAL, Diana G. "A fonte oral e a pesquisa em História da Educação: algumas considerações". Educação em revista, nr. 27, jul. 1988, p. 7-15.

\_\_\_\_\_. (coord.). Arquivo Fernando de Azevedo (IEB-USP) e a reforma Azevedo da instrução pública (Distrito Federal, 1927-1930).CD-ROM, IEB-USP/ FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. "Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental". In: Faria Filho, Luciano M. (org) Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação. Campinas: Autores

Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p. 31-44.

\_\_\_\_\_. (org.) Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

\_\_\_\_\_. O exercício disciplinado do olhar: livros leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

VIDAL, D.G., MORAES, C.S.V. e UEHARA, K. "O Centro de Memória da Educação (USP): acervo documental e pesquisas em História da Educação". Educação em Revista, Dossiê História da Educação, FaE-UFMG, set. 2001, p.147-156.

VIDAL, Diana G. e ZAIA, Iomar B. "De Arquivo Morto a Permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania". In: MORAES, Carmen S. V. de e FAVENE, Julia (org). Inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002, p. 36-42.

VIDAL, D.G. e FARIA FILHO, L.M. "História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)". Revista Brasileira de História. São Paulo: Humanitas, v.23, n.45, p.37-70, 2003.

VINÃO FRAGO, A. "Historia de la educación e historia cultural". Revista Brasileira de Educação, nr. 0, set. dez.1995.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. "Sobre a história e a teoria da forma escolar". Educação em Revista, jun. 2001, p. 7-48.

ZAIA, Iomar B. A história da educação em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da escola de aplicação (1958-1985). FEUSP, Mestrado, 2003.

